

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.858 - SP (2019/0140926-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE** : **FERNANDO SEBASTIAO GOMES**  
**ADVOGADOS** : **LUIZ PEREIRA DE OLIVEIRA - SP257017**  
                  **JOSÉ ALEXANDRE AMARAL CARNEIRO - SP160186**  
                  **HENRIQUE NELSON CALANDRA - SP037780**  
**RECORRIDO** : **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **MARCELO JOSÉ MAGALHÃES BONIZZI E OUTRO(S) -**  
                  **SP122614**

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança com pedido liminar interposto por FERNANDO SEBASTIÃO GOMES contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou a segurança pleiteada. Esse julgado ficou assim ementado (e-STJ fl. 386):

MANDADO DE SEGURANÇA. JUIZ DE DIREITO QUE, APÓS A SUA APOSENTADORIA, TEVE CONTRA SI CONDENAÇÃO CRIMINAL DE PERDA DE CARGO PÚBLICO, CONVERTIDA ADMINISTRATIVAMENTE EM CASSAÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA.

Arguição de nulidade da decisão liminar proferida por Desembargador que atuou em substituição ao Relator. Descabimento. Atuação em caráter de substituição regimental. Manutenção do indeferimento da liminar por esta Relatoria que afasta a pretensão de nulidade do decisum, diante das ausência de prejuízo ao impetrante.

MANDANDO DE SEGURANÇA. Preliminar de carência da ação por ausência de interesse processual, amparado na assertiva de que o ato impetrado é acórdão onde condenado o impetrante à perda do cargo de magistrado. Rejeição. Impetrante que se insurge contra decisão da e. Presidência deste Tribunal de Justiça que, em decorrência da condenação penal, determinou a cassação dos seus proventos de aposentadoria. Preliminar afastada.

MANDADO DE SEGURANÇA. Cassação de aposentadoria em decisão administrativa em razão de condenação penal do impetrante à perda do cargo de magistrado, com sentença transitada em julgado. Admissibilidade. Cassação dos proventos de aposentadoria que decorre dos efeitos da sentença condenatória penal, transitada em julgado. Desnecessidade de instauração de processo administrativo para se proceder à cassação dos proventos de aposentadoria. Ausência de ofensa a direito líquido e certo do impetrante.

Segurança denegada.

O recorrente, Juiz de Direito, alega que obteve aposentadoria em 07/12/2010, nos termos do art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição Federal, com proventos proporcionais a 35 anos de contribuição.

Afirma que, em 24/05/2006, em sede de processo administrativo, teve decretada contra si a pena de disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, com base nos arts. 35, I e VIII, e 26, II, "b", da LOMAN, 215, XII, e 292 e seguintes do RITJSP. Em razão dos mesmos fatos, em 2013, tornou-se réu na ação penal 0037714-87.2013.8.26.0050, sendo condenado como incurso no art. 316, *caput*,

# Superior Tribunal de Justiça

do Código Penal, com a decretação da perda do cargo de Juiz de Direito.

Certificado o trânsito em julgado da sentença condenatória, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo expediu ato, publicado no DJE de 17 de julho de 2018, decretando a perda do cargo de Juiz de Direito e cassando os pagamentos administrativos, inclusive de proventos de aposentadoria, nos termos do art. 92, I, “a”, do Código Penal, sem a abertura de prévio procedimento administrativo específico.

Contra referido ato, impetrou o presente mandado de segurança, aduzindo a sua ilegalidade, ao fundamento de que o art. 92, I, do Código Penal deve ser interpretado de forma restritiva, sendo certo que é pacífico o entendimento de não ser possível a cassação de aposentadoria decorrente de sentença penal condenatória de perda do cargo público.

Destaca que a cassação de aposentadoria não se deu em razão da prática de falta disciplinar punível com demissão – conforme os arts. 127, IV, e 134 da Lei 8112/1990 ou os arts. 67, VII e 77, I, da Lei Complementar 207/1979. Ainda, registra que a cassação de aposentadoria como penalidade disciplinar, integra o regime estatutário dos servidores públicos em geral, não cabendo cogitar interpretá-lo em sentido amplo, incluindo os membros da Magistratura, que possuem regulamentação própria.

Às e-STJ fls. 746/748, foi deferida, em parte, a liminar para determinar a suspensão dos efeitos do ato atacado, bem como para que a autoridade coatora se abstenha de suspender o pagamento dos proventos do recorrente, até o julgamento final do presente recurso.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 756/759).

Passo a decidir.

Essa Corte tem o entendimento de que não é possível a cassação da aposentadoria de servidor público como efeito da condenação criminal, ainda que a sentença penal tenha mencionado a perda do cargo como efeito secundário da condenação, e o servidor tenha se aposentado durante o curso do processo penal, tendo em vista que os efeitos da condenação penal contidos no art. 92 do Código Penal são previstos em relação *numerus clausus*, não sendo permitida nenhuma interpretação extensiva. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. POLICIAL MILITAR REFORMADO. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. EFEITO EXTRAPENAL DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. INAPLICABILIDADE DO ART. 92, INCISO I, ALÍNEA B, DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

I - Nos termos do art. 92, inciso I, do Código Penal, constitui efeito extrapenal da sentença penal condenatória a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, ou quando for

aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a 4 (quatro) anos nos demais casos. Entretanto, nos termos do parágrafo único do dispositivo acima citado, esta consequência não pode ser determinada de forma automática, sendo imprescindível a exposição dos motivos para a decretação da sanção.

II - A previsão legal, no entanto, nada diz a respeito da cassação de aposentadoria do servidor civil, ou da reforma, caso se trate de servidor público militar. Por se tratar de norma penal punitiva, não se pode ampliar o rol de efeitos extrapenais contidos no dispositivo, sob pena de violação ao princípio que proíbe o emprego da interpretação analógica in malam partem, como consectário lógico do princípio da reserva legal, que veda a imposição de penalidade sem previsão legal prévia e expressa.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 980.297/RN, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 23/03/2018).

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME COMETIDO NA ATIVIDADE. POSTERIOR APOSENTADORIA. PERDA DO CARGO PÚBLICO. ART. 92, I, ALÍNEA "A", DO CP. ROL TAXATIVO. CASSAÇÃO DA APOSENTADORIA. ILEGITIMIDADE. PRECEDENTES.

I. A perda do cargo público somente pode ser declarada nas hipóteses restritas e taxativamente previstas na lei, vedada a interpretação extensiva ou analógica em desfavor do réu, sob pena de afronta ao princípio da legalidade.

II. A previsão legal é dirigida para a perda de cargo, função pública ou mandato efetivo, o que não é a hipótese dos autos, considerando que o agravado, no decorrer da ação penal, aposentou-se.

III. Consubstanciando a aposentadoria um ato jurídico perfeito, com preenchimento de requisitos legalmente exigidos, não se pode desconstituí-la como efeito extrapenal específico da sentença condenatória, mesmo que o fato apurado tenha sido cometido quando o funcionário ainda estava ativo. A cassação da aposentadoria tem previsão legal, mas no âmbito administrativo, não na esfera penal.

IV. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1.447.549/GO, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 09/03/2016).

RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIME DE TORTURA. POLICIAL MILITAR REFORMADO. CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA. EFEITO EXTRA-PENAL DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. INAPLICABILIDADE DO ART. 92, INCISO I, ALÍNEA B, DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA PENALIDADE DE CASSAÇÃO DE APOSENTADORIA NA ESFERA ADMINISTRATIVA, NOS TERMOS LEGALMENTE PREVISTOS. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O efeito da condenação relativo à perda de cargo público, previsto no art. 92, inciso I, alínea b, do Código Penal, não se aplica ao servidor público inativo, uma vez que ele não ocupa cargo e nem exerce função pública.

2. O rol do art. 92 do Código Penal é taxativo, não sendo possível a ampliação ou flexibilização da norma, em evidente prejuízo do réu, restando vedada qualquer interpretação extensiva ou analógica dos efeitos da condenação nele previstos.

3. Configurando a aposentadoria ato jurídico perfeito, com preenchimento dos requisitos legais, é descabida sua desconstituição, desde logo, como efeito extrapenal específico da sentença condenatória; não se excluindo, todavia, a possibilidade de cassação da aposentadoria nas vias administrativas, em procedimento próprio, conforme estabelecido em lei.

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Recurso especial desprovido. (REsp 1.317.487/MT, Relatora Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 22/08/2014).

Nesse sentido: REsp 1.576.159/DF, Relator Ministro SÉRGIO KUKINA, DJe 20/11/2018; AgRg no AREsp 980.297/RN, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 23/03/2018, AgInt no REsp 1.529.620/DF, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe 06/10/2016; AgRg no REsp 1.447.549/GO, Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe 09/03/2016; REsp 1.416.477/SP, Relator Ministro WALTER DE ALMEIDA GUILHERME (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), Quinta Turma, DJe 26/11/2014; REsp 1.317.487/MT, Relator Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJe 22/08/2014; RMS 31980/ES, Relator Ministro OG FERNANDES, Sexta Turma, DJe 30/10/2012.

Note-se que, apesar de não ser possível a cassação da aposentadoria de servidor público apenas como efeito da condenação criminal, referida punição pode ser aplicada na esfera administrativa, após regular processo administrativo disciplinar.

Com efeito, o Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento do MS 23.299/SP, de relatoria do em. Ministro Sepúlveda Pertence, em 06/03/2002, reconheceu a constitucionalidade da pena de cassação de aposentadoria contida nos arts. 127, IV, e 134 da Lei 8.112/1990. A ementa sintetizou o julgado com o seguinte teor:

I. Cassação de aposentadoria pela prática, na atividade, de falta disciplinar punível com demissão (L. 8.112/90, art. 134): constitucionalidade, sendo irrelevante que não a preveja a Constituição e improcedente a alegação de ofensa do ato jurídico perfeito. II. Presidente da República: competência para a demissão de servidor de autarquia federal ou a cassação de sua aposentadoria. III. Punição disciplinar: prescrição: a instauração do processo disciplinar interrompe o fluxo da prescrição, que volta a correr por inteiro se não decidido no prazo legal de 140 dias, a partir do termo final desse último. IV. Processo administrativo-disciplinar: congruência entre a indicição e o fundamento da punição aplicada, que se verifica a partir dos fatos imputados e não de sua capitulação legal. (MS 23299, Relator Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, DJ 12-04-2002)

Ainda, quanto ao tema, destacam-se os seguintes julgados desta Corte: MS 22.289/DF, de minha relatoria, Primeira Seção, DJe 25/10/2018; MS 20.936/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Primeira Seção, DJe 14/09/2015.

Na hipótese dos autos, verifica-se que, no ato objeto da impetração, determinou-se a cassação da aposentadoria do impetrante apenas em razão da condenação criminal, nos seguintes termos (e-STJ fl. 25):

Processo nº 11.307/AP.22

O Desembargador MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao v. acórdão proferido nos autos da Apelação Criminal nº 0037714-87.2013.8.26.0050, DECLARA a perda do cargo público de Juiz de Direito, ocupado por FERNANDO SEBASTIÃO GOMES (aposentado), a partir de 12 de julho de 2018, em virtude de

# *Superior Tribunal de Justiça*

condenação penal, nos termos do artigo, 92, inciso I, alínea "a", do Código Penal.

Assim, há direito líquido e certo a ser resguardado na presente via.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "c", do RISTJ, confirmando a liminar anteriormente deferida, DOU PROVIMENTO ao recurso e CONCEDO a ordem para anular o ato atacado, determinando o restabelecimento da aposentadoria do impetrante, ressalvada a possibilidade de aplicação de punição em sede de regular processo administrativo disciplinar.

Intime-se. Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator

